

ENTREVISTA

Movimento de Mulheres e Ativismo – uma vida de luta: Entrevista com Ivanete Silva

Luciene Medeiros*
Nivia Valença Barros**

Entrevista realizada por escrito, via e-mail, em maio de 2020.

Ivanete Silva é uma mulher negra, professora da rede pública, feminista e LGBT. Integrante do Fórum de Mulheres de Duque de Caxias e da Baixada e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE). É militante do Movimento Negro Unificado (MNU) e integrou o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, em Duque de Caxias. Começou a trabalhar ainda adolescente e sua militância iniciou-se nos Movimentos de base da Igreja Católica. Foi candidata a vice-governadora na chapa do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com o candidato Tarcísio Motta e sua candidatura constituiu-se em um marco para os movimentos organizados de seu município.

Em Pauta: Fale-nos um pouco sobre sua história de vida, militância e como se deu sua participação no Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias (FMDM/DC)?

Ivanete Silva: Minha primeira experiência de formação política se deu nos bancos da igreja católica. Durante minha adolescência fiz parte dos grupos de catequese e formação de lideranças, na década de 1980, período em que o Movimento das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) desempenhou um importante papel na organização do povo, onde o evangelho

* Professora no Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Pós-doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social – Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social, Mestre em Serviço Social, graduada em História. Coordenadora dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu (Especialização) em Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher e Atendimento à criança e adolescente vítima de violência doméstica pelo Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: luamedeiros@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6113-4729>.

** Professora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Pós-doutora em Ciências Sociais, Doutora em Psicologia, Mestre em Educação, graduada em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa sobre Direitos Humanos e Cidadania – Nudhesc/UFF. Bolsista Produtividade CNPQ. E-mail: barros.nivia@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0501-9371>.

era estudado e contextualizado com nossa realidade local, com isso participei ainda aos 15/16 anos da organização do processo eleitoral da Associação de Moradores do meu bairro. Como muitos jovens pobres, ao terminar o Ensino Médio, onde fiz o curso de Formação de Professores, fui trabalhar e cursar a faculdade de Pedagogia à noite. Conheci outras pessoas, realidades e crenças diferentes da minha. Vivi várias outras experiências, trabalhei em uma grande indústria, formei família e me tornei mãe. Perdi meu companheiro para violência urbana em início de 2000, em 2001 passei a compor a direção do Sindicato Estadual dos Trabalhadores da Educação do Rio de Janeiro no núcleo municipal de Duque de Caxias (Sepe-Caxias) e a partir de 2003 a direção central, em nível Estadual, ficando nestas duas instâncias até 2014. Em meados de 2012 já havia iniciado minha participação no Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias (FMDM/DC) como representante do SEPE-Caxias. Logo em seguida tornei-me conselheira no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias. Neste ponto iniciei um outro aprendizado. Estive com muitas e diferentes mulheres que retratavam a triste realidade de muitas outras, uma realidade interseccional, marcada pelas violências sociais - a violência de gênero e a violência doméstica. Um ponto central foi a morte das mulheres. Até então minha relação como o FMDM/DC era contribuir em momentos pontuais, principalmente nas atividades do Oito de março, representando o sindicato e como mulher militante. Ao fazer parte de sua estrutura, compondo a executiva, compartilhei com outras mulheres o processo de construção da política voltada para as mulheres, transformando em articulação e ação, fosse como do Fórum ou enquanto representação dentro do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias, com o objetivo de não só denunciar a situação das mesmas, mas sobretudo pressionar o governo a implementar políticas públicas que melhorassem suas vidas. Estudar sobre esta temática também foi muito importante, fiz a qualificação no curso “Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra Mulher” pela PUC-Rio no Polo de Duque de Caxias. Então, entendendo melhor sobre a construção de políticas públicas e tendo uma estreita relação com as lideranças de mais tempo nesta frente, pude compartilhar momentos importantes e decisivos para o fortalecimento do movimento, articular, promover e dar visibilidade às demandas das mulheres de Duque de Caxias, e assim ter o Fórum como um segmento reconhecido na cidade, articulando outras representações do movimento social e influenciando as decisões do executivo municipal em alguns momentos.

Em Pauta: Duque de Caxias faz parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e, forma em conjunto com mais 12 municípios o território da Baixada Fluminense. Conte-nos sobre a realidade das mulheres de Caxias.

Ivanete Silva: A Baixada Fluminense tem uma geografia bem diversificada, cortada por rodovias e faz fronteira com a região Serrana, o município do Rio de Janeiro e a Baía de Guanabara. Mais de 3 milhões de habitantes vivem na área, a segunda mais populosa do estado, que só perde para a capital, a cidade do Rio de Janeiro. É composta por treze municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Seropédica, Itaguaí, Magé, Guapimirim e Paracambi. Duque de Caxias e Nova Iguaçu com aproximadamente um milhão de habitantes (censo 2010), cada um, são os dois municípios com maior poder econômico. Duque de Caxias, se destaca porque, por muito tempo esteve em segundo lugar em arrecadação no Estado do Rio de Janeiro e quarto no país, no entanto possui até hoje uma população pobre, é uma cidade com estrutura urbana precária, condições sanitárias, de saúde ou outras políticas públicas sem qualidade e que não atendem à população integralmente. Uma pesquisa elaborada a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil em 2013 e divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, apontam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal de 0,711, classificado como alto, no entanto com um IDH de renda de 0,692, classificado como médio. A renda média per capita da população é de R\$592,81, entre negros é de R\$526,89, brancos R\$712,87, das mulheres negras R\$580,00 e dos homens negros R\$606,64. 60% das crianças de 0 a 5 anos estão fora da escola, 21% do total de mães chefes de família não possuem o ensino fundamental e tem filho menor, as mulheres estudam mais, vivem mais e continuam ganhando menos, o rendimento médio dos ocupados é de R\$833,64 para mulheres e R\$1.196,63 para os homens. Estas referências permeadas pelos recortes de gênero, racial e de classe, comprovam a imensa desigualdade socioeconômica da população, entre mulheres e homens e principalmente entre negras e negros. Destacamos principalmente a marcante presença das mulheres negras nesta cidade, chefes de família, subemprego e renda abaixo da renda média municipal e do salário mínimo nacional, são as mais precarizadas, vulneráveis e excluídas das políticas públicas dos vários que se sucederam. As mulheres também fazem parte da triste estatística da cidade, que a tem colocado nos últimos anos, em segundo lugar, perdendo apenas para o Rio de Janeiro, a capital do Estado, em todas as tipificações de violência doméstica segundo a Lei Maria da Penha. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher de Duque de Caxias (DEAM-Caxias) teve o maior número de registros destes casos em janeiro de 2019 de todo Estado.

Em Pauta: Os movimentos de mulheres de Duque de Caxias têm longa história, destacando-se, por exemplo, na década de 1980, pelas

Associações de moradores e pela Federação municipal das associações de bairro de Duque de Caxias (MUB). Como se deu a constituição do FMDM/DC?

Ivanete Silva: O seminário, “Segurança Pública e Cidadania para as Mulheres de Duque de Caxias” acontecido em 14 de setembro de 2002, por articulação do Movimento de mulheres e feminista da cidade, foi a primeira iniciativa registrada que impulsionou a criação do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher, que aprovou em suas deliberações um novo encontro com este objetivo. Então, em 10 de outubro de 2002, reuniram-se na Câmara Municipal de Duque de Caxias diversas representações do movimento social geral, instituições e movimentos organizados por mulheres e representações de secretarias e outras iniciativas do governo. O Fórum foi constituído pela representação de várias mulheres de diversas organizações da sociedade civil em Duque de Caxias, como associações de moradores, sindicatos, universidades e de mulheres. Foi um momento histórico para a organização das mulheres em Duque de Caxias, um passo muito importante, que abriu caminhos para muitas iniciativas públicas, jurídicas e midiáticas, dando visibilidade às demandas existentes em vários aspectos da vida das caxienses, considerando diferentes aspectos das políticas públicas para atendimento à mulher, fosse através das questões sobre a situação de violência contra a mulher, da Educação, Saúde, Trabalho, Cultura, e tantas outras...

Em Pauta: Nesses 18 anos de atuação do FMDM/DC, quais foram suas principais ações, reivindicações e, quais os desafios enfrentados pelo Fórum na cidade?

Ivanete Silva: Foram vários, em diferentes governos, todos impulsionados dentro de conjunturas que aumentavam os riscos em relação à vida das mulheres deste município, principalmente pela questão da violência doméstica. Mantiveram uma linha de ação voltada para a formação e conscientização das mulheres através de encontros, seminários, palestras, anualmente nas Marchas do Oito de março no centro da cidade e principalmente na organização das Conferências Municipais de Políticas para as Mulheres, onde as várias representações se dividiam em temas de interesse voltados para as questões específicas das mulheres e participação nas Conferências Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres. Foram determinantes na criação e aprovação da Lei 1.946 que instituiu o Conselho Municipal de Direitos da Mulher em 02 de março de 2006 (tendo sua publicação realizada em 03 de março de 2006); realizaram a primeira coleta de assinatura pela implantação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM Legal) Caxias em 03 de julho de 2008; instituíram o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher; seus atos públicos sempre tiveram uma marca: denunciar para a população as condições em que viviam as mulheres de Duque de Caxias e a falta de investimento nos espaços de atendimento às mulheres

em situação de violência como, a DEAM-Caxias e o Centro de Referência da Mulher (CR Mulher), isto em detrimento do Centro de Atendimento ao Homem, único serviço ligado diretamente ao Departamento da Mulher; lançaram em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias - CMDM/DC e o Centro de Referência Patrimonial e Histórico do Município de Duque de Caxias e o Museu Vivo do São Bento, o calendário feminista, dando visibilidade à história de doze mulheres que tiveram forte presença na história da Cidade. Este calendário iniciava no mês de março de 2015, com término no mês de fevereiro do ano seguinte; nesta mesma data lançaram o “Álbum Lídia Cunha” (este material faz parte da Coleção Histórica do Museu São Bento). A Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de 2015 foi precedida de pré-encontros temáticos: “Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Reprodutivos”, “Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia”, “Educação para a Igualdade, Cidadania e Participação das Mulheres nos espaços de poder e decisão”, “Enfrentamento a todas as formas de Violência Contra a Mulher” e construíram o I Plano Municipal dos Direitos da Mulher que se transformou em Lei no ano de 2016. No final deste mesmo ano, foi protocolado no Ministério Público municipal um processo que denunciou a insuficiência dos espaços de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e a péssima localização do único existente, além do fato da cidade estar há mais de dez anos sem uma maternidade e não ter o número de leitos obstétricos suficientes para os filhos das mulheres que engravidam e são moradoras deste lugar. Foi um ano difícil, de crise econômica atingindo todas as esferas de governo. Em Caxias, o funcionalismo entrou em colapso, ficando vários meses sem receber e em greve, no entanto, mesmo as medidas e que não demandavam gastos financeiros não foram atendidas, como a mudança de nome do Centro de Referência a Mulher para Centro Especializado de Atendimento à Mulher Vera Lúcia Pereira, além da mudança do endereço para uma região mais centralizada e com melhor acesso para as mulheres de todos os distritos. Durante o processo eleitoral de 2016, o Fórum entregou uma carta compromisso aos dois candidatos que chegaram ao segundo turno, com uma lista de medidas prioritárias a serem atendidas. O governo que tomou posse em 2017, possuía um perfil arrogante e autoritário, politicamente estava ligado de forma íntima ao presidente Jair Bolsonaro, agiu de forma truculenta com as representações do Fórum no Conselho municipal de Direitos da Mulher. Não reconheceu o Fórum como espaço de representação política da sociedade civil dentro do Conselho. Fomos intimidadas com a presença da Guarda Municipal e desautorizadas a manusear documentos, apesar de estarmos na vice-presidência e secretária do Conselho, tivemos uma companheira agredida e por determinação do secretário de governo as reuniões do Conselho foram suspensas. Somente em meados de 2017 as reuniões voltaram a acontecer, sob pressão do Ministério Público a partir das denúncias do Fórum quanto às arbitrariedades praticadas. O

governo implementou a pauta emergencial apresentada na Carta Compromisso: mudança de endereço do CR Mulher do bairro Centenário para o bairro 25 de Agosto, nas proximidades do Complexo da Justiça, onde se encontram a DEAM-Caxias, a 59^a DP, o Ministério Público, o Fórum de Justiça e a Defensoria Pública; alterou o nome do CR Mulher para Centro Especializado de Atendimento à Mulher Vera Lúcia Pereira; Instituiu o Centro Especializado de Atendimento à Mulher Ildalice do Prado Lomeu no bairro Jardim Primavera, segundo distrito; e retomou a construção da maternidade municipal no bairro Santa Cruz. Estas ações se deram sem diálogo com o Conselho Municipal de Direitos da Mulher que neste mandato tem à frente da presidência uma representante da sociedade civil.

Em Pauta: Estamos vivendo a pandemia do Coronavírus. Nesse momento, Duque de Caxias é a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro em número de casos e de óbitos. Na sua avaliação como as mulheres estão sendo afetadas com essa realidade? E, como o FMDM/DC tem atuado nesse contexto?

Ivanete Silva: O governo municipal vem negligenciando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), atua de forma rasa com as implementações de medidas sanitárias que possibilitem a prevenção do contágio do Coronavírus por parte da população. Foi o último município a decretar o fechamento do comércio e o primeiro a autorizar sua abertura. Tendo atingido o segundo lugar em número de óbitos no Estado do Rio de Janeiro. As mulheres estão sendo afetadas diretamente, começando pela impossibilidade do isolamento social para muitas, pois dependem do trabalho para sustentar suas famílias, para além do fato de que também se colocam em situação de vulnerabilidade em relação à violência doméstica, quando ainda partilham a mesma casa com seus agressores. As mulheres que possuem o privilégio de estar em “home office”, lidam com o acúmulo das tarefas domésticas, orientação dos filhos nas aulas à distância, inúmeras reuniões e trabalho on-line e a pressão psicológica para estar bem e dominando um mundo de parafernálias midiáticas. Os números de casos de COVID-19 expõem o quanto estas mulheres também continuam sendo vítimas da ausência do Estado e garantias de políticas públicas, verificamos que no dia 09/06/2020, foram registrados 303 óbitos, destes 50% eram mulheres, 47% eram homens e 3% não foram identificados. Trabalhamos com muitas dificuldades na busca de informações sobre esta e várias informações sobre a atuação do governo, que age com pouca transparência na gestão pública. Neste município as mulheres não são prioridade, morrem vítimas da violência doméstica, do feminicídio, da COVID-19 ou estão na invisibilidade e silenciadas enquanto vivas. O Fórum em face desta realidade, lançou a campanha “Isolamento Social, sim! Violência contra mulher, não!” composto por quatro ações, um questionário on-line para levan-

tamento de três questões: o perfil sócio econômico, cuidados com a COVID-19 e violência doméstica; vários cards, que são pequenos blocos de informação sobre como acessar nas Redes sociais com informações sobre como acessar os espaços de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e orientações sobre relacionamento abusivo; lives semanais com as representações do Fórum, onde apresentam o trabalho que desenvolvem com as mulheres do município, explicando e reafirmando a campanha; e a “hashtag” – #metecolherligue180. Em breve, os resultados serão divulgados nos dando mais informações sobre este momento tão difícil para toda humanidade e principalmente para as mulheres.

Em Pauta: Quais suas perspectivas futuras para o Brasil pós-pandemia e, quais ações você vislumbra para os Movimentos de mulheres e feministas diante desse cenário?

Ivanete Silva: É um futuro incerto, neste momento é difícil dizer, inclusive quando sairemos desta pandemia, uma vez que, não só o governo de Duque de Caxias, mais vários outros governos municipais, que são aliados do governo federal, seguem a mesma política de fechar os olhos a este fato que é tratado mundialmente com extrema seriedade. A ação do governo federal, tendo a frente o presidente Bolsonaro, que atua e incita as pessoas a assumirem o seu lado mais vergonhoso, expondo as mazelas de um país que não conseguiu romper com o racismo estrutural, o patriarcado histórico, a LGBTfobia e não estabeleceu uma legítima Democracia, onde todas e todos pudessem viver em igualdade social e econômica, com liberdade e justiça, com respeito às diferenças de opinião, credo e manifestação das mais diversas ordens. Este drástico quadro pode ser uma mola impulsadora de novas ações e fortalecimento dos movimentos que já juntam mulheres das mais diversas idades. Tivemos desde o golpe institucional que retirou a primeira presidente mulher deste país, muitas manifestações contra os presidentes que a sucederam, sempre na defesa das pautas feministas e do Movimento de mulheres. Também contra a eleição de Bolsonaro, inundaram as ruas e as Redes com “rastegues” denunciando e as atrocidades implementadas e se colocando como oposição frontal ao governo. Acredito que quanto maior for a pressão, perseguição e retirada de direitos, mais as mulheres se movimentarão, principalmente as jovens e negras, são as que mais perdem e sofrem, são as que em tese demandariam uma ação de vanguarda. Não acredito que esta nova onda do feminismo aconteça de forma unilateral, sob os holofotes das mídias e Redes sociais. Ela já começou: são as mulheres jovens que a cada dia rompem com o padrão de organização até então ainda existente, movimentos horizontalizados, sem lideranças ou centralização, que me parecem ser as marolas necessárias. Mais e mais grupos de mulheres se reúnem, articulam e promovem ações desvinculadas de grandes Instituições ou nomes. Ações locais e/ou a partir

de questões do momento presente, utilizando principalmente as diversas expressões da cultura, valorizando as histórias de gerações anteriores e construindo novas. Ou seja, é possível uma grande mobilização das mulheres em defesa da vida, mas ao mesmo tempo, precisamos ter sensibilidade e ter uma audição e visão sensível para o novo, para movimentos que não testamos, não conhecemos, mas que são ricos e intensos, promovem o empoderamento destas mulheres e como consequência, poderemos ter uma grande onda de mudanças pela vida das mulheres. Por nós, pelas que vieram e pelas que virão!

Referências

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS para o desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro. *Atlas Do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Duque de Caxias, RJ. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/duque-de-caxias_rj. Acesso em: 08 mai. 2020

SILVA, I. C. da. *2006 – 2016: Movimento de mulheres e feministas em Duque de Caxias, descompassos e avanços no combate a violência contra mulher, frente aos governos, ao legislativo e judiciário – vitórias do movimento ou dos espaços de controle social?* Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência contra a Mulher) – Departamento de Serviço Social da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017.

DOI: 10.12957/rep.2021.56067



A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.